

# EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL: UMA COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO ENTRE OS RELATÓRIOS DE EMPRESAS BRASILEIRAS

**Alex Mussoi Ribeiro**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**Hans Michael Van Bellen**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**Resumo:** A performance ambiental passou a ser um direcionador de investimentos importante. Os investidores individuais ou fundos de investimento começaram a desejar que as informações ambientais fossem evidenciadas juntamente com as informações financeiras e conjunturais (Epstein e Freedman 1994). O objetivo principal desta pesquisa é verificar em três tipos diferentes de relatórios empresariais: o relatório anual (RA), o formulário 20F (20F) e o relatório sócio-ambiental (RSA), quais os tipos de informações ambientais que são mais evidenciadas, em que nível cada relatório as evidencia e qual a empresa que mais evidencia informações ambientais. A amostra selecionada foi de empresas brasileiras que negociam papéis nos mercados brasileiro e americano. A classificação escolhida para os dados foi adaptada dos trabalhos de Clarkson et. al (2007) e Wiseman (1982), com ênfase nos preceitos do *Global Reporting Initiative (GRI)*. Os resultados apresentados comprovam que o principal tipo de informação evidenciada esta relacionada com projetos na área ambiental, o relatório mais utilizados para evidenciar informações ambientais são os relatórios sócio-ambientais e a empresa que apresenta a maior média de evidenciação é a Petrobrás.

## **Introdução**

A terra vem sofrendo uma rápida transformação. Os recursos naturais, anteriormente abundantes e inesgotáveis, passaram a se tornar escassos e de difícil acesso. Tal racionamento aliado a outros problemas como aquecimento global, contaminação dos solos e dos mananciais, criaram uma grande pressão social por uma postura ambientalmente correta dos seus cidadãos. As empresas, atores chaves no processo de degradação ambiental, têm um papel relevante a ser cumprido no sentido de preservar o meio ambiente e buscar novas tecnologias sustentáveis. A performance ambiental, anteriormente esquecida em detrimento apenas de uma maior lucratividade, passou a ser um direcionador de investimentos importante. Os investidores individuais ou fundos de investimento começaram a desejar que as informações ambientais fossem evidenciadas juntamente com as informações financeiras e conjunturais, já de presença garantida nos relatórios das empresas (Epstein e Freedman 1994).

A contabilidade, mais especificamente a contabilidade ambiental, tem um papel de destaque na organização e na evidenciação das informações relativas ao meio ambiente nos relatórios empresariais. As informações ambientais, apesar da falta de obrigatoriedade de sua evidenciação, já fazem parte do cotidiano das grandes empresas brasileiras. Não evidenciá-las tornou-se uma desvantagem competitiva no meio empresarial. Em nível nacional, os estudos da contabilidade ambiental estão focados, principalmente, na evidenciação dos passivos ambientais e no tratamento contábil dado às externalidades ecológicas (Borba et al. 2006; Viegas e Lima 2001; Ribeiro e Souza 2004; Ribeiro e Martins 1993). Internacionalmente, os estudos estão mais direcionados para verificação do impacto no mercado das informações ambientais (Deegan 2004; Gray e Murray 2006; Freedman e Patten 2004; Belkaoui 1976) e para a comparação entre performance ambiental e o nível de material “verde” evidenciado (Ingram e Frazier 1980; Wiseman 1982; Freedman e Wasley 1990; Freedman e Jaggi 1988; Hughes et al. 2001; Patten 2002; Al-Tuwaijri et al. 2004; Cho e Patten 2007; Clarkson et al. 2007). Clarkson et al (2007) apontam que um dos assuntos importantes ainda não resolvidos no campo da pesquisa em contabilidade ambiental é a associação empírica entre o nível (quantidade) de evidenciação ambiental e a performance ambiental de uma companhia. As diversas pesquisas realizadas nesse sentido ainda não chegaram a um

denominador comum. Isso se deve, principalmente, ao tipo de relatório que é analisado pelos pesquisadores e à falta de uniformidade das informações ambientais evidenciadas.

O objetivo principal desta pesquisa é verificar em três tipos diferentes de relatórios empresariais: o relatório anual (RA), o formulário 20F (20F) e o relatório sócio-ambiental (RSA), quais os tipos de informações ambientais que apresentam maior evidência, em que nível cada relatório as evidencia e qual empresa apresenta o maior nível de evidência ambiental. A amostra selecionada foi de empresas brasileiras que negociam papéis nos mercados brasileiro e americano. A classificação escolhida para os dados foi adaptada dos trabalhos de Clarkson et. al (2007) e Wiseman (1982), com ênfase nos preceitos do *Global Reporting Initiative (GRI)*. O artigo subdivide-se em 3 partes. A primeira parte apresenta uma revisão teórica sobre o papel dos relatórios e as informações ambientais, as formas de evidência ambiental e os principais estudos nesse campo de pesquisa. A segunda parte traz a metodologia de confecção da tabela de classificação e o design de como os dados foram analisados. Por fim, a terceira parte apresenta os dados e as conclusões do estudo.

### **Relatórios e informações ambientais**

Os níveis de informações ambientais evidenciadas nos relatórios das companhias vêm crescendo a cada ano. Gray e Bebbington (2001) afirmam que, atualmente, os relatórios ambientais ganharam um espaço importante na mídia corporativa. Apesar disso, tais relatórios ainda são utilizados, quase que exclusivamente, no meio das grandes corporações.

Dentro dos relatórios empresariais as informações ambientais podem exercer uma série de papéis diferentes. De acordo com os seguidores da teoria da evidência voluntária, (Dye, 1985; Verrecchia 1983; Clarkson et al. 2007) as informações ambientais contidas nos relatórios das firmas, devido ao seu caráter voluntário, prevêm uma associação positiva entre a performance ambiental de uma empresa e o seu nível de evidência ambiental discricionária. É importante ressaltar, que tal evidência é embasada nos estudos em relatórios não regulamentados e sem obrigatoriedade de publicação. Já os seguidores das teorias sócio-políticas, que incluem a teoria da legitimidade, a teoria da política econômica e a teoria do *stakeholder*, pregam que, quanto maior o nível de evidência de informações ambientais, pior é a performance ambiental da empresa. (Patten, 2002). Não existe uma teoria certa ou errada, os estudos passados indicam que a escolha de alguns elementos como a amostra, a classificação dos dados e o tipo de relatório analisado influenciam fortemente os resultados encontrados nas pesquisas.

São vários os motivos que levam uma empresa a evidenciar informações ambientais. Cabe enfatizar que, na maioria dos países, as informações ambientais ainda são evidenciadas em caráter voluntário, ou seja, não existem regras formais que obriguem as empresas a mostrá-las em seus relatórios (com algumas exceções como no caso da Holanda, Suécia e Noruega entre outros). Mesmo assim, a maioria das grandes empresas faz questão de evidenciá-las mesmo ocorrendo em um custo de evidência. Gray e Bebbington (2001) e argumentam, que as empresas sofrem pressão de uma série de fatores positivos e negativos para evidenciar as informações ambientais. Do lado positivo da evidência estão fatores como: (1) legitimizar as atividades correntes, (2) distrair a atenção da mídia para outra área da empresa, (3) impacto positivo no preço das ações, (4) vantagem competitiva, (5) construir uma imagem positiva da organização. Já do lado negativo da evidência estão presentes: (1) os custos diretos e indiretos de evidência, (2) a disponibilidade de dados ambientais, (3) a falta de requerimento legal e (4) as prioridades da empresa estão focadas em outras áreas.

Completando o raciocínio, Gray e Bebbington (2001) afirmam que os custos políticos também são importantes na determinação do nível de evidência voluntária. Os autores complementam, que tais custos podem ser muito pesados e variar muito entre países diferentes, mas, mesmo assim, os benefícios trazidos à empresa pela evidência ambiental, como confiança dos *stakeholders* e moral elevada dos colaboradores, não podem ser desconsiderados na hora de decidir qual a política de transparência deve ser adotada.

Além de fatores de pressão positiva e negativa, a demanda de alguns agentes é fundamental no incentivo dado às empresas para evidenciar informações ambientais. O quadro 1 mostra quais são os principais agentes que influenciam as organizações divididos por segmento.

Os motivos reais que levam as empresas a evidenciar suas informações ambientais de maneira voluntária ainda estão incógnitos. De acordo com a experiência de Gray e Bebbington (2001), os níveis de evidenciação ambiental nos relatórios de uma firma dependem, principalmente, da sua cultura organizacional. Tal cultura é refletida através das políticas gerais de uma companhia por meio, por exemplo, do reconhecimento da necessidade informacional dos *stakeholders* e da necessidade de demonstrar parceria social e gerenciamento responsável.

Quadro 1. Agentes de influência da evidenciação ambiental por segmento

<b><u>Principais agentes de influência na evidenciação ambiental de uma organização</u></b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Negócios e Mercado</b><ul style="list-style-type: none"><li>- Pressão de clientes e fornecedores</li><li>- Competitividade internacional</li><li>- Considerações dos funcionários</li><li>- Políticas ambientais</li><li>- Relações públicas</li><li>- Pressão dos <i>stakeholders</i></li></ul></li><li>• <b>Pressão Social</b><ul style="list-style-type: none"><li>- Crenças pessoais e familiares</li><li>- Atenção da mídia</li><li>- Escolas e educação</li><li>- <i>Stakeholders</i></li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Indústria e iniciativas voluntárias</b><ul style="list-style-type: none"><li>- Nações Unidas</li><li>- <i>Global Reporting Initiative</i></li><li>- Comitês de desenvolvimento</li><li>- Associações industriais</li><li>- Especificações de cada país</li><li>- <i>Eco-labelling</i></li><li>- Prêmios ambientais</li></ul></li><li>• <b>Legislação e Regulamentação</b><ul style="list-style-type: none"><li>- Liberdade de acesso às informações</li><li>- Acordos de impactos ambientais</li><li>- Atos e agências de proteção ambiental</li><li>- Legislação no sentido da obrigatoriedade da evidenciação</li></ul></li></ul>

Fonte: Adaptado de Gray e Bebbington (2001)

Outro ponto importante da discussão a respeito dos relatórios ambientais é, qual tipo de informação que será evidenciada. Segundo Gray e Bebbington (2001), uma vez que assuntos ambientais são de debates públicos e a comunidade de negócios está cada vez mais se engajando neles, se tornou difícil para uma companhia de grande porte declarar a sua não intenção de evidenciar informações ambientais.

O reflexo desta problemática impacta diretamente o conteúdo ambiental presente nos relatórios empresariais. Muitas companhias, na busca por uma melhor imagem social, acabam evidenciando informações de segunda relevância ao público, enquanto, as informações que, realmente, refletem a sua performance ambiental ficam em segundo plano. Além disso, a falta de homogeneidade das informações ambientais presentes nos relatórios restringe a análise a peritos ambientais e dificulta a comparabilidade entre empresas de diferentes setores. Costa e Marion (2007) identificaram esse problema em seu estudo com companhias do ramo de celulose e papel. Segundo os autores, existe uma grande dificuldade em analisar as informações ambientais das empresas investigadas e, com isso, identificar as empresas mais comprometidas com a preservação, recuperação e manutenção do meio ambiente. Eles ressaltam que os motivos principais para isso ocorrer são: a falta de uniformidade da apresentação das informações dentro dos relatórios analisados e a prolixidade dos textos que envolvem o meio ambiente.

Alguns órgãos, principalmente não governamentais, estão tentando minimizar essa dificuldade. O quadro 2 apresenta uma série de informações ambientais que são importantes de serem evidenciadas por qualquer empresa. Ele foi adaptado de Gray e Bebbington (2001) e elaborado de acordo com os preceitos do *Public Environmental Reporting Initiative (PERI)* e do *Global Reporting Initiative (GRI)*. O

*PERI e o GRI* são órgãos não-governamentais que têm como atividade principal buscar o aperfeiçoamento das evidências ambientais e sociais.

Quadro 2. Informações ambientais necessárias para um relatório ideal

<b>Diretrizes para um relatório ambiental ideal</b>
<b>1. Políticas Ambientais</b>
1.1 Declaração de qual é a política ambiental da empresa
1.2 Impactos mais importantes da empresa no meio ambiente
1.3 Passos dados para o monitoramento da compliance com as políticas estabelecidas
1.4 Declaração de compliance com as políticas estabelecidas
<b>2. Planejamento e Estrutura</b>
2.1 Mudanças estruturais e de responsabilidade realizadas na empresa a fim de desenvolver uma sensibilidade ambiental (criação de um comitê/prêmios aos administradores por melhor performance ambiental)
2.2 Status do sistema de gestão ambiental (SGA) e seu nível de confiabilidade
2.3 Planos de atividades dentro do (SGA) (introdução ao IPA - indicadores de performance ambiental / auditoria ambiental / critérios de investimentos ambientais)
2.4 Participação dos <i>Stakeholders</i>
<b>3. Financeiro</b>
3.1 Gastos com proteção ambiental, com reação ou antecipação da legislação e remediação ou melhoramentos pró-ativos
3.2 Traçar o perfil de futuros gastos ambientais - o que é para cumprir a legislação e com o que é voluntário e capital/receita divisão
3.3 Custos ambientais
3.4 Detalhes de multas ou notificações ambientais
<b>4. Atividade</b>
4.1 Panorama dos recursos utilizados, emissões e desperdícios - em um balanço massificado
4.2 Procedimentos para elaboração do relatório e <i>compliance</i> com os seus padrões.
4.3 Auditoria ambiental e as questões sumárias/resultados
4.4 Indicadores de performance ambiental e trocas entre eles
4.5 Metas e progresso em direção aos direcionadores
4.6 Análise de como a empresa lida com a regulamentação: órgãos/multas/reclamações
4.7 Prêmios/benefícios recebidos
4.8 Análise das atividades de investimento/operações influenciadas por considerações ambientais
4.9 Análise dos projetos voluntários que foram realizados
<b>5. Gerenciamento sustentável</b>
5.1 Identificação crítica do capital natural sustentável/substituível vrs capital feito pelo homem sobre influência da organização, assim como, as transferências entre as categorias
5.2 Exame das justiça sociais e contas sociais
5.3 Exame de todas as atividades insustentáveis
5.4 Estimativas dos custos sustentáveis
5.5 Ajuste e declaração de entradas/saídas do fluxo de recursos e mudanças entre eles
<b>6. Atestamento e auditoria</b>
6.1 Atestamento dos relatórios ambientais e critérios utilizados neles
6.2 Declaração feita com base no SGA e reconhecimento do seu contexto e suas limitações

Fonte: Adaptado de Gray e Bebbington (2001)

Depois de decidir quais informações serão evidenciadas, o próximo passo é escolher o melhor canal para divulgá-las. Sobre isso, Gray e Bebbington (2001) afirmam que a maior parte das informações ambientais são evidenciadas de duas formas:

- Reportadas juntamente com o relatório anual da companhia (ou documento associado) em um espaço separado das informações financeiras tradicionais;

- Reportadas através de um relatório exclusivo para tal finalidade, tipicamente publicado separadamente dos demais ou, até mesmo, publicado na Internet.

Os autores complementam que as informações ambientais evidenciadas através dos relatórios anuais (apesar de serem, muitas vezes, utilizados por grandes empresas com essa finalidade) tendem a ser mais superficiais. Gray e Bebbington (2001) ressaltam que existe uma forte controvérsia sobre o melhor lugar de serem evidenciadas as informações ambientais. Segundo a sua visão, é de fundamental importância dar uma atenção especial às informações ambientais dentro dos relatórios anuais. As organizações não são apenas entidades econômicas, elas também apresentam um lado social e ambiental e, certamente, geram externalidades que afetam a comunidade como um todo. Demonstrar tais efeitos, conjuntamente com os ganhos econômicos, é primordial para o direcionamento dos investidores.

Apesar dos relatórios anuais serem uma boa fonte geral de informações, os elementos ambientais presentes neles são, freqüentemente, insuficientes. Apesar disso, reportar as informações ambientais em relatórios específicos, ainda é de quase exclusividade das grandes empresas (Gray e Bebbington 2001). O quadro 3 apresenta as vantagens e desvantagens da elaboração de um relatório sócio-ambiental.

Quadro 3. Custo vrs benefício da elaboração de um relatório ambiental

	<u>Custos Potenciais</u>	<u>Benefícios Potenciais</u>
<b>Empresa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenho e formato</li> <li>• Impressão e distribuição</li> <li>• Aumento dos Riscos</li> <li>• Distração de assuntos importantes</li> <li>• Aumento de ações contra a empresa</li> <li>• Reações negativas às informações</li> <li>• Aumento da atenção dos grupos de pressão</li> <li>• Descrédito</li> <li>• Perder prestígio na comunidade financeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações públicas</li> <li>• Encoraja transparência</li> <li>• Moral aos empregados</li> <li>• Crença na cultura organizacional</li> <li>• Direcionamento de assuntos importantes</li> <li>• Melhora cooperativa</li> <li>• Melhor relação com os <i>stakeholders</i></li> <li>• Educação pública</li> <li>• Educação aos investidores</li> </ul>
<b>Sociedade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preços maiores</li> <li>• Menor retorno</li> <li>• Menor dividendos</li> <li>• Restrição ao crescimento do negócio</li> <li>• Desvio de assuntos importantes</li> <li>• “Cortina de fumaça”</li> <li>• Informação demasiada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da <i>accountability</i>, transparência e democracia</li> <li>• Melhor relacionamento com os negócios</li> <li>• Escolha sobre conflitos</li> <li>• Decisões sobre a sustentabilidade</li> <li>• Um mercado melhor informado</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Gray e Bebbington (2001)

### Histórico das Principais pesquisas

Apesar de ser um assunto com grande repercussão atualmente (Clarkson et. al, 2007), as primeiras pesquisas envolvendo nível de evidenciação ambiental e performance ambiental de uma empresa não são recentes. Ingram e Frazier (1980) foram os pioneiros nesse campo. No artigo escrito pelos autores, eles examinaram, em um grupo de empresas americanas, a associação entre o conteúdo ambiental evidenciado nos relatórios anuais e a performance ambiental das empresas pesquisadas. Nesta época os pesquisadores estavam preocupados com a falta de confiabilidade e responsabilidade nas informações evidenciadas nos relatórios anuais, isso devido à natureza voluntária de tais informações. Os resultados da análise de regressão indicaram que não existe associação entre evidenciação ambiental e

performance ambiental nas empresas analisadas. Esse resultado foi consistente com as expectativas dos autores sobre a má qualidade das informações evidenciadas, principalmente, por serem de características voluntárias.

O próximo trabalho de grande impacto, tendo em vista que muitos artigos utilizaram seu arcabouço de classificação para os dados ambientais (Clarkson et. al., 2007), foi o de Wiseman (1982). O trabalho da pesquisa de Wiseman examina a extensão das evidenciações ambientais voluntárias presentes nos relatórios anuais das companhias escolhidas para sua amostra. É importante ressaltar que Wiseman utilizou o mesmo design de pesquisa proposto por Ingram e Frazier (1980). O estudo do autor é focado nas 26 maiores companhias americanas monitoradas pelo CPE entre 1972 e 1976. A grande contribuição de Wiseman foi a criação de um índice que abrange 18 itens separados em 4 categorias: fatores econômicos (5 itens), litígios ambientais (2 itens), atividades poluidoras (5 itens) e outras informações ambientais (6 itens). Os resultados indicaram que não existe uma significativa associação entre o ranking de performance do CPE e o ranking de evidenciação proposto pelo autor. As maiores críticas à pesquisa de Wiseman recaem sobre o fato do pesquisador ter dado maior ênfase aos dados quantitativos, colocando um maior peso sobre as conseqüências financeiras das atividades ambientais.

Já na década de 90, o primeiro trabalho de destaque foi o escrito por Freedman e Wasley (1990). Diferente do trabalho de Freedman e Jaggi (1988), que procurava uma relação entre a evidenciação ambiental e a performance econômica nas empresas pesquisadas, a proposta de Freedman e Wasley (1990) foi examinar a relação entre a performance de poluição e a sua devida evidenciação nos relatórios anuais e formulários *SEC (Securities Exchange Commission)* 10 K. O artigo de Freedman e Wasley (1990) é muito similar ao de Wiseman (1982). Os pesquisadores utilizaram as empresas e o ranking do CPE e o mesmo estilo de pesquisa do artigo de 1982. Os resultados também foram similares. A diferença está no relatório analisado, enquanto Wiseman (1982) trabalhou apenas com os relatórios anuais, Freedman e Wasley (1990) acrescentaram os formulários 10K na análise.

Em 2001, Hughes, Anderson e Golden (2001) escreveram um artigo avaliando as evidenciações ambientais na determinação da performance ambiental nas empresas. Apesar do estudo não ser conclusivo na comparação da evidenciação ambiental com as performances consideradas pelo CPE como boa e variada, nas empresas de performance ruim os dados ambientais são consideravelmente mais evidenciados do que nas outras classificações. Os autores atribuem esse fator ao aumento da regulamentação ambiental exigida pela *SEC* e pelo *FASB (Financial Accounting Standard Board)* ocorrida entre os anos de 1992 e 1993. Tais regras teriam forçado as empresas de pior performance ambiental a aumentar o seu grau de evidenciação na medida que elas apresentam um maior custo de remediação ambiental comparado com outras companhias de boa performance ambiental.

No ano seguinte à publicação de Hughes et al. (2001), Patten (2002) escreveu um artigo com pesadas críticas aos trabalhos realizados nesse campo de pesquisa. Segundo o autor, a falta de uma correlação entre performance ambiental e evidenciação ambiental é causada por três grandes motivos: (1) falha no controle de outros fatores associados ao nível de evidenciação ambiental (tamanho da firma e tipo de indústria), (2) amostra inadequada para a pesquisa (na maioria as mesmas empresas controladas pelo CPE) e (3) a utilização de uma medida inadequada de performance. Para superar tais obstáculos, Patten (2002) utilizou uma medida de performance baseada em um ranking publicado pela *EPA (Environmental Protection Agency)* americana. O ranking utilizava os dados do *TRI (Toxics Release Inventory)* divididos pela receita para classificar as empresas. Para minimizar os problemas com a seleção da amostra, o pesquisador escolheu, com base nessas informações do *TRI/receita* de 1988, as 500 maiores empresas do ranking, além disso, as empresas deveriam ter dados com capacidade de serem analisados no sistema *COMPUSTAT* e ter publicado o relatório anual em 1990. Com base nos pré-requisitos de seleção, a amostra de Patten (2002) ficou composta de 131 empresas de 24 setores. Na parte de classificação de dados, o autor utilizou duas formas de mensuração: a contagem de linhas nos relatórios e uma moldura adaptada de diversos autores da área de evidenciação ambiental como Wiseman (1982), Freedman e Wasley (1990), Deegan e Gordon (1996) e Blacconier e Patten (1994). Os

resultados encontrados por Patten (2002) apontam para uma relação positiva entre *TRI*/receita e as duas formas de mensuração utilizadas pelo autor, sugerindo uma relação negativa entre a quantidade de informações ambientais evidenciadas e a performance ambiental da empresa.

Seguindo os caminhos de Patten (2002), em 2004 foi publicado o trabalho de Al-Tuwaijri, Christensen e Hughes II (2004). Segundo os autores, o seu trabalho faz uma análise integrada da inter-relação existente entre evidenciação ambiental, performance ambiental e performance econômica utilizando uma abordagem de equação simultânea. Al-Tuwaijri et al. (2004) afirmam que após a diferenciação destas três funções corporativas dentro do modelo de equação simultânea eles obtiveram resultados que sugerem que uma boa performance ambiental é significativamente associada a uma boa performance econômica, e, também, associada com uma evidenciação ambiental mais extensiva quantitativamente de medidas e ocorrências específicas de poluição.

Já no ano de 2007 foi publicado o estudo de Cho e Patten (2007). O objetivo dos pesquisadores era comprovar o papel da teoria da Legitimidade na evidenciação das informações ambientais. Segundo os autores, a teoria da Legitimidade sugere que as companhias com pior performance ambiental apresentam um maior grau de evidenciação de informações ambientais positivas em seus relatórios financeiros. Os resultados da pesquisa de Cho e Patten (2007) apontam uma variação na utilização da evidenciação por diferentes grupos pesquisados, porém, os resultados generalizados dão um suporte adicional ao argumento de que as firmas utilizam as evidenciações ambientais como ferramenta de atingir a legitimidade.

Contrariando os demais estudos, ainda no ano de 2007, foi publicado o trabalho de Clarkson, Li, Richardson e Vasvari (2007). Clarkson et al. (2007) apontam que o objetivo principal de sua pesquisa é revisar a relação evidenciação/performance ambiental utilizando os preceitos das teorias econômica e social-política de evidenciação voluntárias. Para isso, os autores escolheram um design de pesquisa diferenciado dos demais trabalhos realizados até então. Segundo os pesquisadores, as grandes vantagens de sua pesquisa estão na análise apenas de informações discricionárias (não regulamentadas) e na criação de uma tabela classificatória que segue os padrões estabelecidos pelo *GRI (Global Reporting Initiative)* para sustentabilidade. Clakson et al. (2007) afirmam que esse indexador captura melhor o comprometimento das empresas com o meio ambiente diferentemente dos anteriores baseados em Wiseman (1982). Com base na análise dos relatórios ambientais de uma amostra de 191 empresas dos 5 setores mais poluentes dos Estados Unidos, os autores chegaram a conclusão da existência de uma associação positiva entre performance ambiental e o nível de evidenciação ambiental discricionária. Os pesquisadores complementam que esse resultado é consistente com a teoria econômica de evidenciação e inconsistente com a associação negativa prevista pelas teorias sócio-políticas.

### **Metodologia da Pesquisa**

Quanto ao objetivo, esta pesquisa se enquadra como descritiva, pois a intenção dos autores é descrever e classificar as diversas características das informações constantes nos relatórios analisados. A lógica que permeia a pesquisa é dedutiva e a análise dos dados secundários coletados segue uma perspectiva quantitativa, com uma pesada utilização da estatística descritiva.

A amostra foi composta de 28 empresas brasileiras de diversos setores que negociam papéis na bolsa de Nova Iorque – NYSE. Ela foi escolhida de forma intencional porque empresas que atuam em mais de um mercado possuem uma demanda informacional maior do que empresas que atuam somente no mercado interno. Além disso, são empresas que apresentam um maior nível de acessibilidade dos seus dados. Outro fator que motivou a escolha da amostra foi a possibilidade de comparar as informações ambientais evidenciadas no mercado interno com as informações ambientais evidenciadas para o exterior.

Ao todo foram coletadas as informações de 28 empresas. Os dados foram coletados em três tipos distintos de relatórios: relatório anual (RA), formulário 20F (20F) e relatório sócio-ambiental

(RSA). Nem todas as empresas da amostra publicam os três relatórios. A tabela 1 apresenta quais são as empresas listadas para a amostra e quais informações estavam disponíveis em seus respectivos *websites*.

Tabela 1. Empresas Listadas para a amostra

<i>Empresas Listadas para a amostra</i>				<i>Dados Disponíveis</i>				<i>Empresas Listadas para a amostra</i>				<i>Dados Disponíveis</i>			
Tipo de Relatório				RA	20F	RSA	Tipo de Relatório				RA	20F	RSA		
Ambev				x	x	x	Gol Linhas Aéreas				x	x			
Aracruz Celulose				x	x		Perdigão				x	x			
Banco Bradesco				x	x	x	Petrobrás				x	x	x		
Banco Itau Holding				x	x	x	Sabesp				x	x			
Braskem				x	x	x	Sadia				x	x			
Cemig				x	x	x	Tam				x	x	x		
Cia Brasileira de Distribuição				x	x	x	Telemar				x	x			
CSN				x	x	x	Telesp				x	x			
Companhia Vale do Rio Doce				x	x		Tim				x	x			
Copel				x	x	x	Ultrapar Participações				x	x			
Cosan				x			Unibanco				x	x			
Cpfl Energia				x	x	x	Vivo					x	x		
Embraer				x	x	x	Votorantim Celulose e Papel S.A				x	x	x		
Gerdau				x	x	x	Brasil Telecom Participações S.A				x	x			

Fonte: Material da pesquisa

Para classificação dos dados, foi adaptado dos estudos de Clarkson et al (2007) e de Wiseman (1982) uma tabela classificatória com 8 grupos de informações: (1) estrutura de governança e adaptação do sistema administrativo, (2) credibilidade das políticas ambientais praticadas pela companhia, (3) indicadores ambientais, (4) gastos ambientais, (5) litígio e processos ambientais, (6) visão e estratégia, (7) perfil ambiental e (8) iniciativas ambientais.

A escolha de tal abordagem classificatória foi motivada, principalmente, pela abrangência informacional presente no estudo de Clarkson et al (2007). Segundo os pesquisadores, para montar o seu indexador foram seguidas as orientações de um membro do GRI (*Global Reporting Initiative*) o que aumentou a credibilidade de sua classificação. Já o estudo de Wiseman (1982), serviu para classificar as informações sobre litígios ambientais.(item faltante no estudo de 2007). Além disso, essa classificação aborda itens dos dois tipos de relatórios: voluntários (RSA) e obrigatórios (RA e 20F). Ao todo foram criados e adaptados 60 itens de classificação, sendo que a maioria deles consta no modelo ideal de relatório apresentado no Quadro 2.

Na análise, optou-se pela utilização de um índice proporcional de evidenciação, ou seja, a quantidade total do item coletado foi dividida pela quantidade de relatórios analisados. Isso garante que não haja discrepâncias de comparabilidade entre os relatórios. A coleta foi feita com um design de *check list*, ou seja, as informações são computadas apenas uma única vez. Desse jeito, os resultados são medidos pelo número de empresas que apresentam tal informação.

Para medir o nível de evidenciação dos relatórios, foi montada uma escala baseada na quantidade de desvio padrão do item em relação à média de sua aparição no relatório. Sendo assim, o nível de evidenciação dos itens nos relatórios que possuem um desvio padrão positivo ou mais será considerado Bom, o que ficar na média ou perto dela é considerado Normal e o que apresentar um desvio negativo ou não apresentar dados evidenciados é considerado Ruim.

As limitações da pesquisa estão relacionadas, principalmente, com algum viés classificatório dos dados coletados nos relatórios.

## **Apresentação e análise dos dados**

Foram coletadas e classificadas 816 informações ambientais presentes nos relatórios analisados. Algumas empresas da amostra não possuíam algum relatório ou publicavam as informações sócio-ambientais dentro do seu relatório anual, por isso, os pesquisadores optaram pela utilização de um índice proporcional na análise ao invés dos números absolutos. Os dados foram coletados de toda a parte textual dos relatórios. Optou-se pela exclusão das demonstrações contábeis pois elas estão presentes somente em alguns relatórios o que poderia distorcer os resultados da pesquisa.

A tabela 2 e a tabela 3 apresentam, detalhadamente por quantidade proporcional, as informações ambientais que foram evidenciadas por tipo de relatório. Na tabela 2, foram classificados os itens fechados. Neste grupo, foram consideradas as informações com maior poder de comparabilidade entre as empresas, ou seja, informações com características mais quantitativas, que têm maior utilidade na mensuração real da performance ambiental das empresas. Na tabela 3, foram indexados os itens abertos. Tais informações possuem uma característica mais qualitativa. Elas demonstram melhor qual a intenção e qual a conduta da empresa em relação ao meio ambiente. Juntando os dois tipos de informação temos um panorama completo do tipo ideal de evidenciação ambiental que deve estar presente em um relatório de informações ambientais.

Com base na tabela 2 é possível observar alguns aspectos importantes sobre a evidenciação ambiental. Como esperado, o RSA apresenta um maior índice proporcional de itens de performance evidenciados (8,53). Contudo, o relatório anual apresenta um maior nível em três grupos (1), (4) e (5). O tipo de informação que é diferencial nos relatórios de responsabilidade sócio-ambiental (4,13) são os indicadores diretos de performance ambiental (3). Os índices de performance ambiental são bons indicadores de comparabilidade entre as empresas pois apresentam de forma objetiva o impacto que cada uma delas gera ao meio ambiente. Nos formulários 20F, o destaque são as informações litigiosas. Eles apresentam um índice de evidenciação de (1,23) comparado com (0,42) dos RA e (0,20) nos RSA.

Na tabela 3, os relatórios anuais (6,54) invertem de posição com os RSA (5,13). Já os formulários 20F, continuam em último porém diminuíram, consideravelmente, a sua diferença com a média. Os relatórios anuais levam vantagem nos itens 6 e 8 com destaque ao item 6.1 (mensagem da diretoria) e item 8.7 (projetos voltados ao meio ambiente em diversas áreas). Já no item 7, o formulário 20F é o que mais apresenta itens evidenciados, destacando o item 7.2 (uma visão geral do impacto da regulamentação ambiental sobre a empresa) que tem presença garantida na maioria dos formulários pesquisados.

A tabela 4 ilustra de maneira sintética o nível de evidenciação dos grupos classificatórios. Tanto o RA quanto o RSA apresentaram um nível geral normal de evidenciação ambiental. O 20F, por sua vez, ficou bem abaixo da média apresentando um nível geral ruim. Aumentando o detalhamento da análise verificou-se o perfil de informações que cada tipo de relatório apresenta. Na amostra pesquisada, o RA é um bom relatório para verificar a conduta ambiental das empresas. O 20F, que recebeu conotação geral negativa, na parte de litígios ambientais e perfil ambiental é o relatório que possui um maior nível de informações. O RSA, por sua vez, é uma importante fonte de verificação dos indicadores de performance ambiental.

Tabela 2. Elementos de evidenciação da performance ambiental

<i>Itens Fechados</i>	<b>RA</b>	<b>20F</b>	<b>RSA</b>	<b>Média</b>	<b>DESVP</b>
<b>(1) Estrutura de Governança e Adaptação do sistema administrativo</b>	<b>2,38</b>	<b>1,23</b>	<b>2,13</b>	<b>1,88</b>	<b>0,61</b>
1. Existência de um departamento de controle de poluição ou administração de problemas ambientais	0,15	0,08	0,20	0,13	0,06
2. Existência de um comitê de assuntos ambientais na diretoria ou em outro órgão executivo	0,31	0,23	0,13	0,24	0,09
3. Existência de termos e condições aplicáveis aos fornecedores e/ou clientes sobre práticas ambientais	0,42	0,04	0,40	0,27	0,22
4. Envolvimento dos Stakeholders na escolha das políticas ambientais praticadas na companhia	0,27	0,04	0,13	0,15	0,12
5. Implementação da ISO14001	0,46	0,38	0,47	0,43	0,05
6. Premiação dos executivos atrelada, também, aos indicadores de performance ambiental	0,04	0,00	0,07	0,03	0,03
7. Existência de código de conduta ou diretrizes ambientais dentro da empresa	0,31	0,15	0,47	0,28	0,16
8. Sistema de gestão ambiental	0,42	0,31	0,27	0,34	0,08
<b>(2) Credibilidade das Políticas Ambientais</b>	<b>1,77</b>	<b>1,04</b>	<b>2,07</b>	<b>1,55</b>	<b>0,53</b>
1. Segue orientação de órgão especializado no meio ambiente (GRI) para elaboração dos relatórios	0,19	0,00	0,47	0,18	0,23
2. Possui auditoria/verificação independente para as informações ambientais dos seus relatórios	0,12	0,08	0,13	0,10	0,03
3. Possui certificação de programas ambientais ou licenças ambientais emitido por órgão reguladores	0,27	0,46	0,27	0,34	0,11
4. Os produtos/serviços possuem certificação ambiental emitida por órgão especializado	0,04	0,08	0,07	0,06	0,02
5. Prêmio de performance ambiental externa ou inclusão em algum indexador ambiental (DSI ou ISE)	0,58	0,12	0,33	0,34	0,23
6. Envolvimento dos Stakeholders no processo de evidenciação ambiental	0,00	0,00	0,27	0,06	0,15
7. Participação em iniciativas voluntárias favoráveis ao meio ambiente reconhecidas por órgãos ambientais	0,31	0,15	0,27	0,24	0,08
8. Participação/parceria em associações ou organizações voltadas para a melhoria do meio ambiente	0,27	0,15	0,27	0,22	0,07
<b>(3) Indicadores Ambientais</b>	<b>2,46</b>	<b>0,15</b>	<b>4,13</b>	<b>1,94</b>	<b>2,00</b>
1. Indicador da utilização/eficiência energética	0,31	0,04	0,53	0,25	0,25
2. Indicador da utilização/eficiência da água	0,38	0,04	0,53	0,28	0,25
3. Indicador da emissão de gases do efeito estufa	0,27	0,00	0,47	0,21	0,23
4. Indicador de emissão de outros gases poluentes	0,12	0,00	0,27	0,10	0,13
5. Indicador de emissão tóxica (TRT) - Água, Terra e Ar	0,08	0,00	0,07	0,04	0,04
6. Indicador de emissão de resíduos sólidos ou líquidos	0,31	0,00	0,47	0,22	0,24
7. Indicador de reciclagem e aproveitamento dos resíduos	0,35	0,04	0,47	0,25	0,22
8. Indicador da utilização de recursos não renováveis e conservação da biodiversidade	0,15	0,00	0,33	0,13	0,17
9. Indicador do impacto dos produtos e serviços no meio ambiente	0,04	0,00	0,00	0,01	0,02
10. Indicador de compliance na performance ambiental	0,08	0,00	0,07	0,04	0,04
11. Indicador do uso de recursos materiais totais	0,15	0,00	0,33	0,13	0,17
12. Indicador do uso de combustíveis (renováveis e Não renováveis)	0,15	0,00	0,27	0,12	0,13
13. Indicador de derramamento (incidentes)	0,04	0,04	0,20	0,07	0,09
14. Indicadores do aquecimento global (Neutralização)	0,04	0,00	0,13	0,04	0,07
<b>(4) Gastos Ambientais</b>	<b>0,77</b>	<b>0,62</b>	<b>0,73</b>	<b>0,70</b>	<b>0,08</b>
1. Sumário de dinheiro economizado pela companhia com ações de iniciativa ambiental	0,04	0,00	0,00	0,01	0,02
2. Quantia gasta para melhorar a performance ambiental/eficiência ou em projetos ambientais	0,62	0,38	0,47	0,49	0,12
3. Quantia gasta em multas ou processos ambientais	0,12	0,23	0,20	0,18	0,06
4. Relação da distribuição dos gastos ambientais	0,00	0,00	0,07	0,01	0,04
<b>(5) Litígios e processos ambientais</b>	<b>0,42</b>	<b>1,23</b>	<b>0,20</b>	<b>0,69</b>	<b>0,54</b>
1. Processos judiciais ambientais formalizados contra a empresa	0,12	0,31	0,07	0,18	0,13
2. Autuações e Notificações ambientais recebidas pela empresa	0,19	0,31	0,13	0,22	0,09
3. Processos ambientais cabíveis contra a empresa	0,00	0,38	0,00	0,15	0,22
4. Criação de reserva/provisão para contingências ambientais	0,12	0,23	0,00	0,13	0,12
<b>Total Itens de Performance</b>	<b>7,08</b>	<b>3,65</b>	<b>8,53</b>	<b>6,42</b>	<b>2,50</b>

Tabela. 3 Elementos de evidenciação da conduta ambiental

<i>Itens Abertos</i>	<b>RA</b>	<b>20F</b>	<b>RSA</b>	<b>Média</b>	<b>DESVP</b>
<b>(6) Visão e Estratégia</b>	<b>2,50</b>	<b>0,96</b>	<b>1,67</b>	<b>1,72</b>	<b>0,77</b>
1. Mensagem da diretoria aborda questões ambientais	0,73	0,08	0,40	0,40	0,33
2. Missão, visão ou valores da companhia aborda a temática ambiental	0,38	0,12	0,27	0,25	0,13
3. Declaração da empresa sobre o risco de suas atividades ao meio ambiente	0,08	0,27	0,00	0,13	0,14
4. Declaração da empresa sobre revisões periódicas em sua performance ambiental	0,04	0,00	0,00	0,01	0,02
5. Declaração da empresa sobre futuros objetivos ambientais a serem atingidos	0,38	0,08	0,33	0,25	0,16
6. Declaração da empresa sobre inovações ambientais ou novas tecnologias ambientalmente corretas	0,23	0,12	0,27	0,19	0,08
7. Declaração reafirmando o comprometimento com o meio ambiente através de suas ações sustentáveis	0,65	0,31	0,40	0,46	0,18
<b>(7) Perfil Ambiental</b>	<b>0,81</b>	<b>2,08</b>	<b>0,60</b>	<b>1,25</b>	<b>0,80</b>
1. Declaração de compliance (ou falta de) com os padrões ambientais de órgãos locais ou internacionais	0,38	0,42	0,27	0,37	0,08
2. Uma visão geral do impacto da regulamentação ambiental sobre a empresa	0,08	0,73	0,00	0,31	0,40
3. Uma visão geral de como a atividade ou produto da empresa impacta o meio ambiente	0,15	0,31	0,20	0,22	0,08
4. Uma visão geral da performance da empresa em relação aos seus concorrentes	0,04	0,00	0,13	0,04	0,07
5. Fatores de riscos ambientais que podem afetar o desempenho da empresa	0,15	0,62	0,00	0,30	0,32
<b>(8) Iniciativas Ambientais</b>	<b>3,23</b>	<b>1,42</b>	<b>2,87</b>	<b>2,45</b>	<b>0,96</b>
1. Descrição do treinamento de funcionários em questões ambientais	0,38	0,04	0,47	0,27	0,23
2. Existência de planos de resposta em casos de acidentes ambientais	0,08	0,23	0,13	0,15	0,08
3. Prêmios ambientais internos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Auditoria ambiental interna	0,04	0,00	0,00	0,01	0,02
5. Certificações internas de programas ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Ações voltadas à economia e reaproveitamento de recursos naturais	0,58	0,27	0,60	0,46	0,18
7. Projetos voltados ao meio ambiente em diversas áreas	0,88	0,42	0,80	0,69	0,25
8. Iniciativas voltadas à redução das emissões de poluentes	0,69	0,35	0,53	0,52	0,17
9. Conservação da Biodiversidade	0,27	0,08	0,13	0,16	0,10
10. Coleta seletiva de lixo	0,31	0,04	0,20	0,18	0,14
<b>Total itens de Conduta</b>	<b>6,54</b>	<b>4,46</b>	<b>5,13</b>	<b>5,38</b>	<b>1,06</b>

Fonte: material da pesquisa

Tabela 4. Nível de evidenciação das informações ambientais

<b>Relatórios analisados</b>	<b>RA</b>	<b>20F</b>	<b>RSA</b>
<b>Itens Fechados</b>	<b>Normal</b>	<b>Ruim</b>	<b>Normal</b>
<b>(1) Estrutura de Governança e Adaptação do sistema administrativo</b>	<b>Normal</b>	<b>Normal</b>	<b>Normal</b>
<b>(2) Credibilidade das Políticas Ambientais</b>	<b>Normal</b>	<b>Normal</b>	<b>Normal</b>
<b>(3) Indicadores Ambientais</b>	<b>Normal</b>	<b>Normal</b>	<b>Bom</b>
<b>(4) Gastos Ambientais</b>	<b>Normal</b>	<b>Ruim</b>	<b>Normal</b>
<b>(5) Litígios e processos ambientais</b>	<b>Normal</b>	<b>Bom</b>	<b>Normal</b>
<b>Itens Abertos</b>	<b>Bom</b>	<b>Normal</b>	<b>Normal</b>
<b>(6) Visão e Estratégia</b>	<b>Bom</b>	<b>Normal</b>	<b>Normal</b>
<b>(7) Perfil Ambiental</b>	<b>Normal</b>	<b>Bom</b>	<b>Normal</b>
<b>(8) Iniciativas Ambientais</b>	<b>Normal</b>	<b>Ruim</b>	<b>Normal</b>
<b>Total Geral</b>	<b>Normal</b>	<b>Ruim</b>	<b>Normal</b>

Fonte: material da pesquisa

A próxima tabela (5), demonstra de maneira geral os resultados do estudo. Os dados apontam para um equilíbrio entre o RA e o RSA. Ambos os relatórios apresentam uma média por índice exatamente igual. Apesar disso, o RA apresentar uma volatilidade maior nas suas informações, ou seja, as suas informações estão mais concentradas do que no RSA. Isso demonstra que, embora o RA tenha um nível melhor por grupo o RSA apresenta uma quantidade mais abrangente de informações.

Tabela 5. Total das informações evidenciadas

<b>Relatórios analisados</b>	<b>RA</b>	<b>20F</b>	<b>RSA</b>	<b>Média</b>	<b>DESVP</b>
<b>Informações evidenciadas</b>	<b>14,35</b>	<b>8,73</b>	<b>14,40</b>	<b>12,18</b>	<b>3,26</b>
<b>Média por tópico</b>	<b>1,79</b>	<b>1,09</b>	<b>1,80</b>	<b>média</b>	<b>1,56</b>
<b>Desvio padrão por tópico</b>	<b>1,02</b>	<b>0,57</b>	<b>1,30</b>	<b>média</b>	<b>0,96</b>
<b>Média por índice</b>	<b>0,24</b>	<b>0,15</b>	<b>0,24</b>	<b>média</b>	<b>0,21</b>
<b>Desvio padrão por índice</b>	<b>0,21</b>	<b>0,17</b>	<b>0,19</b>	<b>média</b>	<b>0,19</b>

Fonte: Material da pesquisa

A tabela 6 traz um ranking com as informações mais evidenciadas discriminadas por relatório e em níveis gerais. O item 8.7 é o que mais se destaca aparecendo na classificação de todos os relatórios. Já o item 1.5, apesar de não aparecer no ranking em nenhum dos relatórios, em termos gerais ele é bem evidenciado.

**Tabela 6. Ranking dos itens que mais foram evidenciados nos respectivos relatórios**

<b>Relatório Anual</b>	<b>Qtd Total</b>	<b>Rk</b>
8.7. Projetos voltados ao meio ambiente em diversas áreas	0,88	1
6.1. Mensagem da diretoria aborda questões ambientais	0,73	2
8.8. Iniciativas voltadas à redução das emissões de poluentes	0,69	3
4.2. Quantia gasta para melhorar a performance ambiental/ecoeficiência ou em projetos ambientais	0,62	4
2.5. Prêmio de performance ambiental externa ou inclusão em algum indexador ambiental (DSI ou ISE)	0,58	5
8.6. Ações Voltadas à economia e reaproveitamento de recursos naturais	0,58	5
<b>Formulário 20F</b>	<b>Qtd Total</b>	<b>Rk</b>
7.2. Uma visão geral do impacto da regulamentação ambiental sobre a empresa	0,73	1
7.5. Fatores de riscos ambientais que podem afetar o desempenho da empresa	0,62	2
2.3. Possui certificação de programas ambientais ou licenças ambientais emitido por órgão reguladores	0,46	3
7.1. Declaração de compliance (ou falta de) com os padrões ambientais de órgãos locais ou internacionais	0,42	4
8.7. Projetos voltados ao meio ambiente em diversas áreas	0,42	4
<b>Relatório de Responsabilidade Sócio-Ambiental</b>	<b>Qtd Total</b>	<b>Rk</b>
8.7. Projetos voltados ao meio ambiente em diversas áreas	0,80	1
8.6. Ações Voltadas à economia e reaproveitamento de recursos naturais	0,60	2
8.8. Iniciativas voltadas à redução das emissões de poluentes	0,53	3
3.1. Indicador da utilização/eficiência energética	0,53	3
3.2. Indicador da utilização/eficiência da água	0,53	3
<b>Relação Geral</b>	<b>Qtd Total</b>	<b>Rk</b>
8.7. Projetos voltados ao meio ambiente em diversas áreas	0,69	1
8.8. Iniciativas voltadas à redução das emissões de poluentes	0,52	2
4.2. Quantia gasta para melhorar a performance ambiental/ecoeficiência ou em projetos ambientais	0,49	3
8.6. Ações Voltadas à economia e reaproveitamento de recursos naturais	0,46	4
1.5. Implementação da ISO14001	0,43	5

Fonte: Material da pesquisa

A tabela 7 traz um ranking das empresas que mais evidenciam em termos gerais. A Petrobrás foi a grande vencedora com uma média de 30,67 tipos de informações por relatório, seguida pela Votorantim Celulose e Papel com 21,00 e pela Companhia Vale do Rio Doce juntamente com a Copel com média de 20,00. As 5 primeiras empresas do ranking são de atividades com alto impacto ambiental, por isso, é normal elas estarem no topo da lista. O que intriga é que o Bradesco, uma instituição financeira (atividade de mínimo impacto ambiental), ficou na frente no ranking de muitas empresas com atividades de alto impacto ambiental, como no caso da CSN e da Perdigão. Isso demonstra a falta de iniciativa de algumas empresas e falta de homogeneidade do nível das informações evidenciadas, até mesmo, por empresas do mesmo setor como é o caso da Gerdau e da CSN. Por fim, a tabela 8 traz um ranking de preferências de relatórios por empresas. No relatório anual a Copel e a Aracruz Celulose são empresas de alto impacto ambiental e não possuem relatório sócio-ambiental, por isso, tal resultado já era aguardado.

Tabela 7. Ranking Geral de evidenciação por empresa

Rk	Empresas	Média	Rk	Empresas	Média
1	Petrobrás	30,67	15	Banco Bradesco	11,33
2	Votorantim Celulose e Papel S.A	21,00	16	Perdigão	11,00
3	Companhia Vale do Rio Doce	20,00	17	Tim	10,50
3	Copel	20,00	18	Banco Itau Holding	10,33
5	Aracruz Celulose	17,50	19	Brasil Telecom Participações S.A	10,00
6	Cemig	17,00	20	CSN	8,00
6	Sabesp	17,00	21	Embraer	7,67
8	Cpfl Energia	14,67	22	Gol Linhas Aéreas	6,00
8	Gerdau	14,67	22	Telemar	6,00
10	Sadia	12,50	24	Telesp	5,50
11	Cosan	12,00	24	Unibanco	5,50
12	Ambev	11,67	26	Tam	4,00
12	Braskem	11,67	27	Cia Brasileira de Distribuição	3,67
14	Ultrapar Participações	11,50	28	Vivo	3,00

Fonte: Material da pesquisa

No formulário 20F, visto anteriormente como campeão das informações sobre litígios e contingências ambientais, deu a lógica. As empresas que apresentam um maior impacto ambiental ou atuam em um ambiente mais regulamentado (itens 7.2 e 7.5) tendem a evidenciar uma variedade maior de informações em tais relatórios. No RSA o destaque foi a Votorantim Celulose e Papel S.A que apresentou o relatório mais abrangente de informações ambientais com um total de 42 itens dos 60 pré-classificados (70%), logo em seguida veio a Petrobrás com 39 itens (65%). O destaque deste grupo ficou a cabo dos bancos que utilizam de forma expressiva os relatórios sócio-ambientais para evidenciar suas informações ambientais.

Tabela 8. Preferência de relatório por empresa analisada

Relatório Anual	Qtd Total	Rk
Copel	31,00	1
Aracruz Celulose	30,00	2
Cpfl Energia	28,00	3
Petrobrás	27,00	4
Gerdau	24,00	5
Formulário 20F	Qtd Total	Rk
Petrobrás	26,00	1
Votorantim Celulose e Papel S.A	20,00	2
Cemig	19,00	3
Perdigão	19,00	3
Companhia Vale do Rio Doce	18,00	5
Relatório de Responsabilidade Sócio-Ambiental	Qtd Total	Rk
Votorantim Celulose e Papel S.A	42,00	1
Petrobrás	39,00	2
Banco Bradesco	26,00	3
Cemig	21,00	4
Banco Itau Holding	17,00	5

Fonte: Material da pesquisa

## Conclusão

Com base na análise dos dados, o relatório que contém um conteúdo mais completo de informações sobre o meio ambiente, ou seja, evidencia melhor a performance ambiental é o RSA. As informações mais evidenciadas refletem predominantemente a conduta ambiental das empresas analisadas do propriamente a sua performance ambiental. A empresa que se destaca é a Petrobrás. Ela apresenta a maior média de informações evidenciadas da amostra. O relatório com melhor nível de evidenciação foi do RSA da Votorantim Celulose e Papel S.A com um total de 70% das informações pré-estabelecidas na classificação.

No decorrer da pesquisa, foi verificado que algumas das empresas pesquisadas seguem as orientações das agências especializadas em relatórios ambientais como a *Global Reporting Iniciativa – GRI*, isso é um aspecto positivo pois aumenta a capacidade de comparabilidade entre os relatórios. Por outro lado, algumas empresas adotam somente algumas iniciativas parcas no sentido de melhorar a sua evidenciação ambiental. Elas são muito genéricas nas informações prestadas em seus relatórios o que dificulta fazer uma análise comparativa mais objetiva entre as empresas.

Uma solução para acabar com tal impasse seria terminar com o aspecto voluntário dos relatórios ambientais. Tornando a evidenciação ambiental obrigatória para as empresas. Um estudo interessante para próximas pesquisas seria comparar o conteúdo dos relatórios ambientais de países que possuem regulamentação como a Noruega, a Suécia e a Holanda com países que não possuem como Brasil, Estados Unidos e Inglaterra.

## Bibliografia

Al-Tuwajjri, Sulaiman A; Christensen, Theodore E; Hughes II, K. E. *The relations among environmental disclosure, environmental performance, and economic performance: a simultaneous equations approach*. *Accounting, Organization and Society*. Vol. 29, p.p 447-471, 2004.

Belkaoui, Ahmed. *The Impact of the disclosure of the environmental effects of organizational behavior on the market*. *Financial Management* (pré-1986), Winter 1976; 5,4; ABI/INFORM Global pg. 26

Blaconiere, W. G; Patten, D. M. *Environmental disclosures, regulatory costs, and changes in firm value*. *Journal of Accounting and Economics*. p.p 357-377, 1994.

Calixto, Laura; Lima, Marilene B.; Barbosa, R.R. **Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis versus Internet**. *Revista de contabilidade e finanças da USP*, Ed. 30 anos de doutorado, p.p 84-95, junho 2007.

Cho, Charles H; Patten, Dennis M. *The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note*. *Accounting, Organization and Society*. Vol. 32, p.p 639-647, 2007.

Clarkson, Peter M; Li, Yue; Richardson, Gordon D; Vasvari, Florin P. *Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis*. *Accounting, Organizations and Society*. doi: 10.1016/j. aos. 2007.05.003

Collis, Jill; Hussey, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Costa, R.S; Marion, J. C. **A uniformidade na evidenciação das informações ambientais**. *Revista de contabilidade e finanças da USP*, Nr. 43, p.p 20-33, jan/abr 2007.

Deegan, Craig. *Environmental disclosures and share prices – a discussion about efforts to study this relationship*. *Accounting Forum*, Nr. 28, p.p 87-97, 2004.

Deegan, Craig; Gordon, B. *A study of the environmental disclosures practices of Australian corporations*. *Accounting and Business Research*. p.p 187-199, 1996.

Dye, R. A. *Disclosure of non-proprietary information*. *Journal of Accounting Research*, Vol. 8, pp. 135-155, 1985.

Epstein, Marc J; Freedman, Martin. *Social disclosure and the individual investor*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. Vol. 7. Nº 4, 1994.

Freedman, M; Wasley, C. *The association between environmental performance and environmental disclosure in annual reports and 10K*. *Advances in Public Interest Accounting*. Vol. 3, p.p 183-193, 1990.

Freedman, M; Jaggi, M. *An analysis of the association between pollution disclosure and economic performance*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. Vol. 1, Nº 2, p.p 43-58, 1988.

Freedman, Martin; Patten, Dennis M. Evidence on the pernicious effect of financial report environmental disclosure. *Accounting Forum*, Nr. 28, p.p 27-41, 2004.

Gray, Rob; Bebbington, Jan. *Accounting for the Environment*. 2 ed. Londres: Sage, 2001.

Ingram R. W.; Frazier K. *Environmental Performance and corporate disclosure*. *Journal of Accounting Research*, Vol. 18, Nº (2), p.p 614-622, 1980.

Lima, Diana Vaz de; Viegas, Waldyr. **Tratamento contábil e evidenciação das externalidades ecológicas**. *Revista de contabilidade e finanças da USP*, n.º 30, 2002.

Murray, Alan; Sinclair, Donald; Power, David; Gray, Robert. *Do financial markets care about social and environmental disclosure? Further evidence and exploration from the UK*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, V. 19, Nr. 2, p.p 228-255, 2006.

Patten, Dennis M. *The relation between environmental performance and environmental disclosure: a research note*. *Accounting, Organization and Society*, Vol. 27, p.p 763-773, 2002.

Ribeiro, Maisa de Souza; Martins Eliseu. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização no desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente**. *Cadernos de estudos FIPECAFI*, Nr. 9 outubro, 1993.

Ribeiro, Maisa de Souza; Souza, V. R; **Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira**. *Revista de contabilidade e finanças da USP*, Nr.35, p.p 54-67, maio/agosto de 2004.

Rover, Suliane; Alves, Jorge Luiz; Borba, José Alonso. **A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido**. *Revista contemporânea em contabilidade*, Nr. 5, ano 03, V. 1, p.p 41-58, 2006.

Verrecchia R. *Discretionary disclosure*. *Journal of accounting and economics*, Vol. 5, p.p 179-194, 1983.

Wiseman J. *An evaluation of environmental disclosures made in corporate annual reports*. *Accounting, Organization and Society*, Vol.7, Nº 1, p.p 553-563, 1982.